

FALA ICH!

edição nº 2, junho/julho 2020

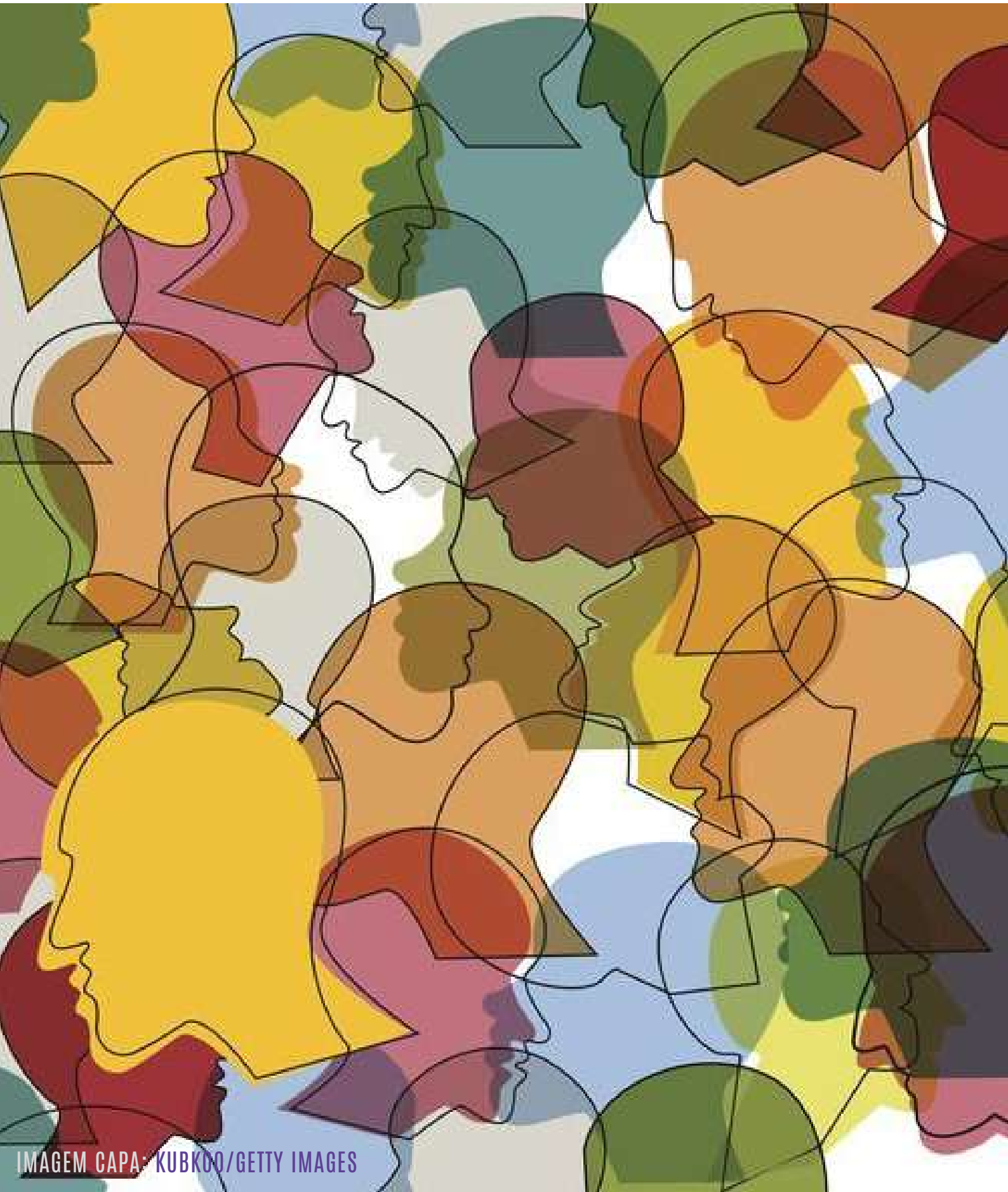


IMAGEM CAPA: KUBKOO/GETTY IMAGES

FALA ICH!

O informativo eletrônico oficial do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora



Foto: Divulgação UFJF

EDITORIAL

*Por Robert Daibert Jr.,
Diretor do Instituto de Ciências Humanas*

Sejam muito bem-vindas e bem-vindos ao nosso segundo número do Fala ICH! Nesta segunda edição, modificamos um pouco o formato inicial. A partir de agora, além de contar com textos produzidos por Carolina Doro e Lavínia Sant'Anna, bolsistas de Treinamento Profissional de Comunicação do ICH, ganhamos também a contribuição de docentes.

Nosso objetivo é aprimorar esse canal de diálogo, tornando-o cada vez mais democrático e plural, seja pela diversificação das temáticas abordadas seja pelos segmentos representados. Esperamos, assim, nos próximos números, contar também com a colaboração de textos produzidos por discentes e Técnicos Administrativos em Educação.

Nesta edição, teremos mais uma vez o prazer de ouvir muitas vozes. Conheceremos um pouco mais sobre as Clarices, no projeto coordenado pela TAE Cláudia Ciribelli sobre mulheres usuárias de drogas. Entraremos em contato com as pesquisas o Prof. Altemir Gonçalves Barbosa, que envolvem o contexto da pandemia da Covid-19. Por meio do texto do Prof. Faustino Teixeira, recordaremos o saudoso Prof. Antônio Gabriel, ex-diretor do nosso Instituto, recentemente falecido. Teremos ainda o prazer de acompanhar a Prof.^a Vanda Arantes e o Técnico Administrativo em Educação Francisco da Silva Rocha Filho em um passeio pela história do ICH. Nossas leitoras e nossos leitores conhecerão ainda a trajetória de Nísia Augusta Floresta Brasileira, uma escritora precursora do feminismo no Brasil do século XIX e que hoje dá nome a uma de nossas salas de reunião. Por fim, contamos também com um texto provocativo da Prof.^a Fernanda Thomaz a respeito das vozes africanas e de seu (não)lugar em nossas salas de aula.

Em suma, nas próximas páginas teremos a oportunidade de participar de um diálogo com vozes de ontem e de hoje, todas profundamente atuais e necessárias, em um encontro de contato e reflexão com nossos pares, com nossa comunidade acadêmica, com nossa memória e com nossa identidade. Certo de que estamos em excelente companhia, convido a todas e todos para mais uma conversa.

Homenagem

Prof. pe. Antônio José Gabriel



A vida, esse mínimo que é o máximo dom de Deus

Por Faustino Teixeira

Estamos todos consternados com a travessia do amigo querido, pe. Antônio José Gabriel. Ele tinha completado 72 anos em 21 de março de 2020. Um pastor e guia que atraía carinho e admiração por onde passava. Fomos tomados de choque com a notícia, e da forma tão violenta e injusta como ocorreu. Era uma pessoa de alma nobre, de generosidade incomum e de um humor fino que encantava a todos com seu sorriso aberto e sua fala mansa.

Eu tive o privilégio de conviver com o pe. Gabriel por décadas, desde os tempos que fomos colegas na Universidade Federal de Juiz de Fora, no curso de Ciências da Religião. Ele estava numa turma mais avançada que a minha, mas partilhávamos de ideais comuns, e de uma mesma iracúndia sagrada em favor de uma humanidade nova. A sede profética sempre marcou sua trajetória de vida, impecável. Optou pelo sacerdócio para exercer o seu serviço solidário. E por onde passou deixou marcas de sedução, de alegria e compromisso.

Sua atuação na Universidade foi sempre marcada por liderança. Durante o curso de filosofia e ciências da religião era um líder nato, sempre atuando como representante discente e defendendo, junto com o pe. Jaime Snoek, a formação e cidadania do curso de ciência da religião na Universidade Pública, apesar de toda resistência de conservadores tanto da igreja católica como de segmentos positivistas da Universidade. Mais tarde decidiu pelo magistério acadêmico, vindo a lecionar psicologia da religião no Departamento de Ciência da Religião por muitos anos, desde 1978. Depois foi assumindo funções administrativas como vice diretor do ICH, na gestão de Carlos Alberto T. Crivellari (1990-1994), e depois a de diretor do ICH, entre os anos de 1994 e 1998.

Depois de aposentado, dedicou-se integralmente ao trabalho pastoral, durante muitos anos na paróquia de Santa Rita de Cássia e depois na cidade de Santo Antônio do Aventureiro. Era um homem de espiritualidade fina, marcada por profundo amor a João da Cruz e Teresa de Ávila. Mantinha um grupo de reflexão em torno da espiritualidade de Teresa de Ávila, tendo construído no sítio de Maripá de Minas uma igreja dedicada a ela. Na sua ação pastoral era dedicado e gentil, sempre aberto para exercer o cuidado sagrado com os outros. Sua disponibilidade para o serviço era abissal. Na sua ação pastoral, impressionava a hospitalidade. Dizia sempre: na mesa da comunhão não tem espaço para discriminação. Todos podem chegar para comungar, porque, como dizia, Jesus veio para os necessitados e sedentos. Guardamos na memória a simplicidade e beleza de seus sermões.

Tinha também uma atuação bonita junto aos grupos de reflexão da psicologia de Jung, que era também uma de suas paixões. Os amigos da área, como Rosiley Ferreria Lírio, testemunham a sua dedicação e empenho nesses estudos. Uma leitura pontuada pelo acento no compromisso social, sempre com sua "irreverência, santa rebeldia e enorme coração". Tive o privilégio de participar como membro de sua banca de doutorado na PUC-RJ, onde trabalhou o livro de Jó. Nos últimos anos, foi sendo tomado por uma angústia crescente com a situação do país, e também da igreja, indicando a presença de um "equilíbrio" precário que pontua o nosso momento atual e também psicológico.

Foi, assim, um homem, de fé, de compromisso e de luta. Nunca se deixou vencer pelo temor ou medo, mantendo acesa a sua firme voz em favor dos mais fracos e despossuídos. Não merecia uma morte assim tão trágica, mas deixa entre todos nós uma memória acesa do que é o testemunho de um homem honrado e nobre, cuja razão de ser firma-se na defesa da cidadania da dignidade.



Faustino Luiz Couto Teixeira foi coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião da UFJF por dez anos. Atualmente atua como professor convidado no mesmo programa, após aposentar-se como professor titular em 2017.

Tempos difíceis: qual é o lugar do ensino de história da África no Brasil?

Por Fernanda Thomaz, professora do Departamento de História da UFJF

Alguns pesquisadores defendem que a base política brasileira está pautada no “latifúndio escravista”. Uma base que divide a sociedade, historicamente, em duas categorias específicas: a de “pessoa” e a de “coisa”. A categoria “pessoa” é sempre percebida de forma humanizada e ainda detém a narrativa nacional. Já a categoria “coisa” se refere aos indivíduos constantemente desumanizados, cuja narrativa histórica tem sido renegada.

Ainda que essa explicação nos pareça simples demais, é possível entender alguns contornos do racismo no Brasil. É a partir dessa realidade que o Movimento Negro Unificado tem defendido, desde sua fundação, em 1978, que a educação seria o principal instrumento para combater o racismo. Através da educação, a população poderia se conscientizar sobre inexistência da chamada “democracia racial” e ainda possibilitaria romper com o silêncio em torno da história da África e do negro no Brasil. Como sabemos muito bem, a história da África não foi apenas silenciada, mas contou com uma explícita recusa e aversão promovida pelo próprio Estado brasileiro.



Professora Fernanda Thomaz
(Foto: Twin Alvarenga/UFJF)

O ensino de história da África e da cultura afro-brasileira passa a ser obrigatório na rede básica de ensino, em 2003, através da lei 10.639. Sem dúvida, foi o resultado das constantes reivindicações dos movimentos sociais. Isso faz entender que o campo de História da África tem organicamente uma “base social”. Resultou da pressão de uma certa parcela da sociedade, com o objetivo de afetar positivamente essa mesma sociedade. A disciplina acadêmica passou a ser um instrumento importante nesse processo.

Quando o ensino de história da África se tornou obrigatório, a pergunta mais frequente era: como ensinar algo que não se aprendeu? Tínhamos a consciência dos enormes desafios a serem enfrentados. Passados 17 anos, percebemos que ultrapassamos muitos desses desafios. Vários professores e pesquisadores foram formados, com ampliação dos concursos públicos nas instituições de ensino superior e com o aumento do número de pesquisas desenvolvidas na área. Houve um significativo investimento na publicação de textos acadêmicos e didáticos, assim como na realização de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização. E daí por diante.

Agora, estamos no ano 2020. As expectativas são bastante pavorosas. Estamos vivendo um retrocesso abrupto, sobretudo no que se refere à postura política e ideológica do atual governo brasileiro. Retomamos a “era do silenciamento, recusa e aversão” da história da África e da cultura afro-brasileira. Há uma ausência de qualquer suporte estatal no que se refere ao seu ensino.

Recentemente, foi divulgado o vídeo da reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020. Em meio aos muitos

absurdos, assistimos à declaração do atual ministro da educação que dizia o seguinte: “só tem um povo no Brasil, o povo brasileiro”. Completou que “odeia” o termo povo indígena e povo cigano. Segundo ele, temos que acabar com esses privilégios. Diante desse posicionamento, resta uma pergunta: a que tipo de povo brasileiro o ministro se referia? Certamente, sua noção de povo brasileiro se reflete na composição da própria reunião ministerial, cuja presença era majoritariamente formada por homens brancos e heterossexuais.

A equipe do atual poder executivo brasileiro defende, explicitamente, a superioridade masculina, branca e heterossexual. Acreditam que suas práticas culturais e sua forma de perceber o mundo são as únicas plausíveis e aceitáveis. O que se distancia disso é considerado inferior e sujeito à destruição. O tamanho desse retrocesso nos assusta terrivelmente. Lembro que o movimento negro, ao longo das décadas de 1980 e 1990, tentava combater o mito da democracia racial. Agora, teremos que enfrentar uma concepção ainda mais repugnante e retrógrada. O pensamento da equipe do poder executivo se baseia no darwinismo social do século XIX, sobretudo ao chamado racismo científico. São ideias que alimentaram e justificaram o colonialismo europeu na África e na Ásia, por exemplo. Promoveram vários genocídios nas sociedades africanas, assim como sustentaram teoricamente o próprio holocausto na Alemanha.

Diante disso, qual expectativa criar em torno do ensino de história da África? Sabemos que não há qualquer negociação com este governo. Se desejarmos alguma melhoria na educação deste país, teremos que derrubá-lo. Enquanto isso não acontece, o que fazer? Talvez o que nos resta, neste momento, é reforçar nossas ações individuais, o que também pode potencializar outras formas de comunicação com um público mais amplo. Tudo isso nos serve para pensar em uma educação um pouco mais autônoma das novas regras estatais. Mas só isso não basta. Precisamos nos perguntar o que pretendemos com o ensino da história da África.

Conforme já foi mencionado, a disciplina se tornou obrigatória com o objetivo de mudar a vida de pessoas e relações de opressão reais. A pauta era a luta antirracista. Será que, quando fazemos este tipo de questionamento, conseguimos ignorar a realidade dessas pessoas? Daí, não dá para ignorar que essas pessoas continuam tendo os piores acessos à educação formal no nosso país. São elas quem realizam os trabalhos mais precarizados e estão no desemprego ou trabalho informal, sem qualquer seguridade social. São elas quem mais adoecem e têm os piores tratamentos de saúde. São elas que carregam boa parte dos estereótipos pejorativos – ou seja, esses estereótipos negativos se referem a elas. São as pessoas mais assassinadas pelas mãos do Estado.

Como ignorar tudo isso ao se pensar numa educação mais inclusiva?

Em meio a essa conjuntura política, é difícil pensar em melhorias estruturais para a sociedade. Mas podemos amenizar o tamanho desse retrocesso. Um retrocesso que não é apenas retórico, mas real. Algumas pessoas costumam defender que conhecimento é poder. E isso é muito importante! O poder do conhecimento não consiste em apenas em gerar hierarquias e submissões entre os indivíduos. O que mais importa disso é entendermos que todo o conhecimento que produzimos aqui na academia (ou em qualquer outro lugar), mais cedo ou mais tarde, chegará na realidade social das pessoas ou mesmo fará parte do imaginário social. Como dizia Eric Hobsbawn, a História (incluo aqui as demais ciências) é tão perigosa quanto à Física. A Física pode produzir bomba atômica, enquanto a História produz ideologia. Portanto, torna-se importante termos em mente que somos responsáveis pelo o que produzimos, mesmo em tempos difíceis.

MEMÓRIA ICH

A professora do Departamento de História Vanda Arantes do Vale e o técnico-administrativo em Educação Francisco da Silva Rocha Filho refletem sobre a vida na UFJF, transformações no Instituto e valores

A estruturação de um instituto dentro de uma universidade não é tarefa simples, muito menos rápida. Além dos investimentos necessários para a infraestrutura, assistência e pesquisas, por exemplo, não devemos nos esquecer da importância dos esforços humanos, de pessoas dispostas a desenvolver seu trabalho de maneira íntegra e responsável, e contribuir efetivamente para o crescimento do lugar onde atuam como servidoras.

No Instituto de Ciências Humanas (ICH) não faltam exemplos. São inúmeras as pessoas que passaram (e ainda passam) boa parte da vida dedicando-se ao serviço público; pessoas cujo trabalho é fundamental para o bom funcionamento da Universidade. Nesta edição do Memória ICH, temos o prazer de (re)apresentar dois servidores com muita bagagem de UFJF, especialmente do ICH, que contribuíram para sua consolidação e presenciaram significativas mudanças ao longo dos anos: a professora **Vanda Arantes do Vale**, e o assistente em administração **Francisco da Silva Rocha Filho**.

Nascida no distrito de Sarandira, pertencente a Juiz de Fora, Vanda é terceira de uma família de sete irmãos. Com uma formação católica conservadora, pensou em estudar Direito, mas um teste vocacional a desaconselhou. Decidiu, então, prestar o vestibular para o curso de História.



Vanda Arantes do Vale. (Foto: Reprodução/Facebook)

Ingressou neste curso em 1968, quando o Instituto de Ciências Humanas e de Letras (ICHL) funcionava onde, atualmente, é a Casa de Cultura da UFJF. Em 1970, houve a mudança para a Cidade Universitária, à época, em fase final de construção.

“Barro e máquinas faziam parte de nosso cotidiano e o curso estava sendo reformulado no Sistema de Créditos. O acesso era feito pela estrada do Morro do Cristo, com horários de ônibus desarticulados e em pequeno número”, relembra.

Aluna de História durante os “anos de chumbo” da ditadura militar, a docente conta que a tensão era constante. “Sabíamos de alunos nas salas de aula agentes do DOPS [Departamento de Ordem Política Social], existia um receio pairando no ar. Um colega foi preso por subversão. Alguns professores,

mais jovens, tentavam passar uma visão mais progressista. Contudo, perpassava, de maneira predominante, as visões tomista e positivista da História. Foi um curso conservador. É inacreditável que fiz História sem conhecer Marx, Weber, Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda e outros autores. O conhecimento era adquirido em aulas expositivas, biblioteca precária e o mercado editorial incipiente”, relata.

“Sabíamos de alunos nas salas de aula agentes do DOPS, existia um receio pairando no ar. (...) Alguns professores, mais jovens, tentavam passar uma visão mais progressista. Contudo, perpassava, de maneira predominante, as visões tomista e positivista da História,

- Vanda Arantes, sobre os “anos de chumbo” enquanto aluna do curso de História.

O início da vivência como professora se deu em colégios nos bairros Gramma e Benfica. Quando terminou o curso, em 1971, passou a trabalhar em instituições particulares, ingressando na rede estadual apenas em 1973. Sua entrada como docente na UFJF

MEMÓRIA ICH

- VANDA ARANTES E FRANCISCO FILHO -

foi como professora substituta na disciplina de História da Arte, no curso de Artes, em 1978. Em 1981, já com dedicação exclusiva, transferiu-se para o Departamento de História, onde atuou até sua aposentadoria, em 2016.

Também natural de Juiz de Fora, Francisco da Silva Rocha Filho ingressou na UFJF em 1984 no curso de Ciências Sociais, mas sua trajetória como aluno é indissociável à de funcionário da instituição. Em 1986, pouco tempo após iniciar os estudos e precisando também trabalhar, começou a atuar no projeto de criação da Editora e Livraria da UFJF, como bolsista, sendo contratado, em seguida, como autônomo. Prestou o concurso para TAE no final de 1989 e, aprovado, foi chamado para tomar posse quatro anos depois.



Francisco Filho. (Foto: Helena Avemédio)

Em 1994, foi designado para trabalhar na farmácia do Hospital Universitário, na qual ficou por nove meses, até se transferir para o ICHL, trabalhando na secretaria do Centro de Línguas. “Foi um choque ser chamado [para a farmácia do HU], mas aquele

foi um dos períodos mais importantes da minha vida, no qual tive muitos aprendizados sobre a universidade, as pessoas e a vida em si”, analisa.

Em 2003, Francisco obteve afastamento para cursar mestrado em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Quando voltou, em 2006, recebeu o convite para trabalhar na secretaria do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSO) e aceitou. “Seria um grande desafio. Era um curso que ainda estava no começo, mas tinha muito potencial. Juntos, conseguimos estruturar e organizar a secretaria”, conta. Nesta época, o ICHL acabara de passar pelo desmembramento em Instituto de Ciências Humanas e Faculdade de Letras e alguns cursos e secretarias já funcionavam no prédio atual do ICH. Francisco permaneceu até setembro de 2014 na secretaria do PPGCSO, quando passou a atuar na secretaria do ICH.

MUDANÇAS E EFEITOS

Como alguém que testemunhou boa parte das transformações do Instituto, como o deslocamento do prédio antigo (que hoje abriga parte da Faculdade de Letras e parte do Instituto de Ciências Biológicas) para o atual, Francisco vê pontos positivos e negativos sobre a mudança. Segundo ele, se por um lado a ampliação do espaço representasse a possibilidade de receber mais alunos, conforto, melhorias na infraestrutura e nos suportes materiais, por outro, houve uma desmobilização das pessoas. “Sinto falta do que éramos no prédio antigo. Tínhamos uma união maior. O ICH cresceu em número de cursos e professores, mas diminuiu em técnicos, e isso fez diferença. A ida para o prédio novo desmobilizou um pouco as pessoas e aflorou o individualismo; ficou ‘cada um no seu canto’. Hoje, por exemplo, há professores que não conheço, talvez pelas diferenças de horários, mas, também, por cada um estar ‘no seu canto’”, analisa.

A partir do final dos anos 2010, políticas para a democratização do acesso e para a permanência no ensino superior tiveram avanços significativos em virtude de iniciativas federais como o Reuni, programa para a expansão e reestruturação das universidades federais. No entanto, Francisco pensa que, embora a questão do acesso tenha sido, em boa parte, resolvida, ainda há muito que fazer quanto à permanência. “Acredito que a Universidade deveria pensar mais nisso e destinar mais recursos para tal, de modo que os alunos tenham oportunidades concretas de permanecer em suas graduações e finalizar seus cursos”.

Vanda, ainda enquanto professora do curso de História, acompanhou com alegria – como ela mesma conta – a reformulação e produtividade do mesmo, além da criação dos cursos noturnos e a implantação da política de cotas, segundo ela, “mudanças de grande impacto”. Aposentada desde 2016, mas ainda muito ativa, a historiadora estava atuando neste último semestre como professora convidada do Departamento de Filosofia da UFJF.

MEMÓRIA ICH

- VANDA ARANTES E FRANCISCO FILHO -

REFLEXÕES E APRENDIZADOS

Francisco relembra sua trajetória na universidade como aluno e funcionário com orgulho. “Todos os projetos e frentes nas quais trabalhei deram bons frutos. Não tenho medo de dizer que ajudei e ajudo a construir uma universidade melhor. Reconheço meu valor como alguém que trabalha consciente da importância que tem e, sobretudo, da responsabilidade de ser um funcionário público.”

Além do trabalho na área administrativa por 34 anos, Francisco também tem vasta experiência na área de Educação a Distância, atuando como tutor e professor. Em tantos anos de dedicação à Universidade e ao serviço público, ele conta que uma das coisas mais importantes que aprendeu foi saber separar as vidas profissional e pessoal, o que, segundo ele, requer grande responsabilidade. “Além disso, a lealdade, a amizade e o respeito também são valores que aprendi a cuidar mais e prestar mais atenção.”

“**Todos os projetos e frentes nas quais trabalhei deram bons frutos. Não tenho medo de dizer que ajudei e ajudo a construir uma universidade melhor. Reconheço meu valor como alguém que trabalha consciente da importância que tem e, sobretudo, da responsabilidade de ser um funcionário público.**”

- Francisco Filho

Para Vanda, trabalhar durante tantos anos em uma instituição como a UFJF ajudou a reforçar a valorização do ensino público e a importância do Estado. “Vi, com muita alegria, os avanços na Educação e Saúde, nos governos Lula e Dilma. A instalação dos Institutos Federais, a ampliação e construção de novas universidades, intercâmbios, programas de bolsas, etc., assinalam um grande momento. Infelizmente a proposta neoliberal foi eleita em 2018 e põe em perigo estas conquistas. Minha proposta é a de luta pelo estado de bem-estar social, oposição ao mundo vigente”, afirma.

Ambos os servidores não destacam um momento marcante específico desses anos de trabalho, mas sim o convívio com alguns colegas que se tornaram amigos queridos. Para Francisco, a convivência com estas pessoas foi uma das coisas mais importantes para que ele tivesse uma visão diferente e ainda melhor da universidade e do serviço público como um todo.

Texto: Carolina Doro

AS SALAS TÊM NOME

Nesta edição você irá conhecer **Nísia Floresta Brasileira Augusta**, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, a escritora, educadora e poetisa brasileira que dá nome a sala de reuniões **A-IV-49** do Instituto de Ciências Humanas (ICH).



Foto: autor desconhecido

Nísia Floresta Brasileira Augusta nasceu em 12 de outubro de 1810, em Papary (RN), município que, em 1948, ganhou o nome de Nísia Floresta para homenageá-la devido ao seu destaque na luta pelos direitos das mulheres, dos índios e dos escravos, o que trouxe grande orgulho para sua cidade natal.

Seu pai era português, e em virtude do forte movimento antilusitano da época, a família fazia constantes mudanças, o que ajudou na formação cultural de Nísia, possibilitando que tivesse contato com diversos costumes e realidades. Em uma dessas mudanças a família foi para Goiana, município situado em Pernambuco, e lá Floresta iniciou seus estudos e teve incentivo do seu pai para conhecer a cultura europeia. Foi quando teve também o primeiro contato com o Liberalismo.

É marcante o ineditismo e a ousadia das ideias de Nísia, facilmente reconhecidos em várias de suas obras, principalmente em seu primeiro livro *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, publicado em 1832, em que ela denunciava a condição de inferioridade às quais as mulheres eram submetidas. Defendia veementemente o direito das mulheres à igualdade e à instrução, visto que, era ela própria diretora de um colégio feminino no Rio de Janeiro, enquanto várias mulheres não tinham nenhuma formação, tendo suas atividades restritas às funções domésticas.

Nísia tinha um posicionamento inovador. É considerada pioneira do movimento feminista e foi a primeira figura feminina a publicar textos em jornais. Além de defender os ideais abolicionistas, denunciando as injustiças sofridas pelos escravos, destacava a importância de uma boa educação para a população brasileira.

“Não poderá haver no Brasil uma boa educação da mocidade, enquanto o sistema de nossa educação, quer doméstica, quer pública, não for radicalmente reformado [...] quanto mais ignorante é um povo, mais fácil é a um governo absoluto exercer sobre ele o seu ilimitado poder.

- Nísia Floresta, em *Opúsculo humanitário* (1853)

Após deixar um legado inspirador para o povo brasileiro, em 1849 a escritora foi para Europa, onde teve seu primeiro contato com o Positivismo Comtiano e chegou a publicar um livro em francês.

Entre idas e vindas ao Brasil, foi vítima de uma pneumonia e faleceu em 24 de abril de 1885, aos 74 anos. Foi enterrada na cidade francesa de Ruão, no entanto, quase 70 anos depois, seus despojos foram levados para sua cidade natal. Em 2012, foi inaugurado o Museu Nísia Floresta, na antiga Papary, com o objetivo de preservar, coletar e expor objetos e documentos relacionados a memória dessa brilhante escritora, poeta e educadora brasileira.

Texto: Lavínia Sant'Anna

QUEM FAZ ACONTECER

- CLAUDIA CIRIBELLI -

Os professores e técnicos-administrativos do Instituto de Ciências Humanas têm feito diferença na sociedade por meio de pesquisas e projetos desenvolvidos que beneficiam toda a comunidade. Assim, nesta edição, com o objetivo de continuar apresentando “quem faz acontecer”, convidamos a técnica-administrativa Claudia Ciribelli Rodrigues Silva para falar sobre o projeto de extensão *Clarices*.

Ciribelli é graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente, é psicóloga do Centro de Psicologia Aplicada (CPA) da UFJF. Sua trajetória na universidade começou no ensino médio, pois estudou no antigo Colégio Técnico Universitário (CTU), vinculado à UFJF. Depois, Cláudia ingressou no curso de Psicologia, ainda no antigo ICHL. Em 2017, voltou para o novo ICH, desta vez como psicóloga da casa, no Centro de Psicologia Aplicada (CPA).

Questionada sobre como surgiu o interesse por esta área, a psicóloga disse que desde a graduação estuda e trabalha no campo das toxicomanias. “Uma coisa que sempre me chamava atenção era como, nos espaços de tratamento, havia poucas mulheres. Se por um lado podemos entender isso pelo maior uso de substâncias por homens (se considerarmos as substâncias não prescritas), por outro lado ficava evidente o silenciamento das especificidades do público feminino naquele conjunto. Por isso a escolha de construir um espaço que pudesse ouvir, acolher - e também descobrir - as particularidades da clínica com mulheres usuárias de drogas.”

Em 2017, Claudia idealizou o projeto de extensão *Clarices*, visando atender mulheres da comunidade e da UFJF que sofrem com o vício em álcool e outras drogas, e querem ajuda para lidar com esse problema. O projeto foi iniciado quando ainda exercia a função de professora em um curso de Psicologia no ensino privado, mas com sua nomeação como psicóloga da UFJF, foi convidada pela professora Alinne Nogueira, coordenadora do CPA, a propor um projeto de extensão dentro do Centro.



Claudia Ciribelli, idealizadora do projeto Clarices.
(Foto: Reprodução/Facebook)

Assim, precisou reduzir sua carga horária como professora. “Confesso que nem sabia que isso era possível para os técnicos-administrativos e achei uma boa oportunidade de ocupar esse espaço como TAE, de ajudar a ampliar as atividades de extensão do CPA para alunos e comunidade externa e de possibilitar a continuidade do atendimento das mulheres que eram atendidas no projeto que havia se encerrado. No CPA, o projeto ganhou um novo formato e características novas e, por isso, foi rebatizado.”

Sobre o nome “Clarices”, que o projeto recebeu, Ciribelli relata que a ideia era ser um nome de mulher, que remetesse ao feminino. Então, logo foi pensado em Clarice Lispector, escritora e jornalista naturalizada brasileira que fala sobre a figura feminina em suas obras. A decisão de colocar o nome no plural teve como objetivo “marcar a diversidade e pluralidade das mulheres que, ainda que juntas, são únicas”, explicou.

QUEM FAZ ACONTECER

- CLAUDIA CIRIBELLI -

Indagada sobre os motivos mais frequentes que levam as mulheres que procuram o *Clarices* a usar substâncias químicas, Cláudia explica que é difícil fazer uma generalização, mas que muitas vezes existe uma relação do uso com uma parceria amorosa. Conta, ainda: “Certa vez, escrevendo o relato do atendimento de uma mulher realizado por mim, fiz o ato falho de escrever ‘bar-ido’ ao invés de “marido”. Acho que condensei nesse ato falho um pouco disso que é recorrente na escuta dessas mulheres – mas que, insisto, não pode ser generalizado.”



A psicóloga explica que durante o tratamento existem dois norteadores éticos e teóricos: a psicanálise e a redução de danos, e que “a partir dessa orientação, entendemos que o uso da substância é sempre singular e só pode ser compreendido a partir da relação que cada sujeito estabelece com cada substância. O foco, portanto, é sempre no sujeito, e não na substância. Não se pretende, a priori, que a mulher pare ou mesmo diminua o uso de determinada substância.” Segundo Ceribelli, espera-se que, por meio do tratamento, as mulheres possam fazer escolhas de vida que tragam menos sofrimento, independente da redução ou extinção do consumo de substâncias químicas.

Como projetos de extensão atendem a população, algumas vezes eles encontram desafios para

conseguir chegar até a comunidade, mas as redes sociais são uma alternativa para reduzir essa distância. Além das páginas no [Facebook](#) e no [Instagram](#), o *Clarices* também utiliza os meios de divulgação da universidade e das mídias locais para difundir os serviços ofertados. Cláudia destacou, ainda, que uma forma importante de divulgação do projeto é o contato direto que fazem com outros serviços da cidade que atendem esse público também.

Com a quarentena, muitos projetos de extensão tiveram suas atividades suspensas, no entanto, o *Clarices* conseguiu se adaptar à nova realidade, proporcionando atendimento por chamada de áudio ou vídeo às mulheres que desejam atendimento por essas vias e que têm acesso à internet e sinal de celular em casa – o que não é a realidade de todas. Também por falta de privacidade no ambiente doméstico, muitas não conseguem se adaptar a esse formato.

Para se inscrever no projeto é necessário entrar em contato pelo número (32) 3216-1029 e aguardar retorno. Cláudia explicou que existe uma lista com as inscrições permanentes, e então as mulheres são chamadas de acordo com a liberação de novas vagas ao longo do ano. “É interessante que, sempre que possível, o contato seja realizado pela própria mulher que se inscreve no tratamento, pois muitas vezes a iniciativa parte de um familiar, um profissional ou uma pessoa próxima, mas sem coincidir com um desejo da própria pessoa em realizar o tratamento. Por isso, entendemos que esse contato já é uma manifestação de interesse e formação de um compromisso. Porém, quando isso não é possível (quando a pessoa não possui telefone, está em situação de rua, etc.), a inscrição pode ser realizada por um terceiro.”

Texto: Lavínia Sant'Anna



PESQUISA

"Manter a Universidade funcionando, com ensino, pesquisa e extensão, e lutar com e pelos desvalidos são formas de resistência", afirma o Professor Altemir Barbosa, do Departamento de Psicologia

Em entrevista ao Fala ICH!, docente fala sobre os três estudos que participa sobre a Covid-19 e analisa o cenário da produção científica no Brasil

Integrante do Departamento de Psicologia da UFJF desde 2005, o professor Altemir José Gonçalves Barbosa tem uma vasta lista de projetos e pesquisas realizados no âmbito da Psicologia Escolar/Educacional, do Desenvolvimento Humano e da Teoria Social Cognitiva. No momento, está envolvido em três estudos sobre a Covid-19 em parceria com outros pesquisadores. Um deles é um projeto multicêntrico envolvendo Brasil, Portugal, Espanha, Itália e Chile, coordenado pelo professor da Faculdade de Enfermagem da UFJF Ricardo Cavalcante, que busca entender as repercussões da "infodemia" do novo coronavírus na saúde de idosos.

Além deste, outro projeto de pesquisa também tem como foco a velhice. Este - realizado em parceria com uma companheira do Departamento de Psicologia, Dra. Nádia Shigaef, e com a Dra. Eduarda Rezende Freitas, do Programa de Pós-graduação em Gerontologia da Universidade de Brasília - tem como objetivo investigar o papel de variáveis psicológicas (depressão, ansiedade, forças do caráter e medo da Covid-19) na adesão de idosos à mitigação da pandemia.



Professor Altemir Barbosa.
(Foto: Reprodução/Facebook)

O terceiro estudo está sendo feito em conjunto com a pós-graduanda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFJF, Andréze Cristine do Nascimento Silva. Neste, os pesquisadores fazem uma investigação sobre crenças de eficácia (autoeficácia, eficácia coletiva [familiar e comunitária] e eficácia delegada [município, estado e União]) para comedir a pandemia de Covid-19.

Questionado sobre os desafios da produção de ciência no Brasil, Altemir explicita que as dificuldades não são recentes, pelo contrário; as barreiras para a produção científica nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas são históricas, e completa: "Contudo, o que enfrentamos atualmente é uma tentativa de desmonte do Sistema Nacional de Pós-graduação, que tem um peso enorme na produção científica brasileira e um desmerecimento, chegando a um descrédito total, do conhecimento científico, especialmente aquele produzido nas áreas de Ciências Humanas e Sociais." De acordo com o professor, realizar ensino, pesquisa e extensão, manter a Universidade funcionando e lutar com e pelos desvalidos são formas de resistência. "Isso é fundamental para mitigar a pandemia de Covid-19 e confrontar todos os autoritarismos", conclui.

Texto: Carolina Doro

DICAS DE LEITURA



*IDEIAS PARA ADIAR
O FIM DO MUNDO*
(2019)
AILTON KRENAK

Apresentação retirada do site da Companhia das Letras:

Ailton Krenak nasceu na região do vale do rio Doce, um lugar cuja ecologia se encontra profundamente afetada pela atividade de extração mineira. Neste livro, o líder indígena critica a ideia de humanidade como algo separado da natureza, uma "humanidade que não reconhece que aquele rio que está em coma é também o nosso avô".

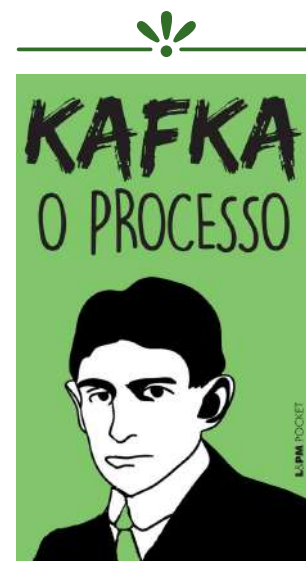
Essa premissa estaria na origem do desastre socioambiental de nossa era, o chamado Antropoceno. Daí que a resistência indígena se dê pela não aceitação da ideia de que somos todos iguais. Somente o reconhecimento da diversidade e a recusa da ideia do humano como superior aos demais seres podem ressignificar nossas existências e refrear nossa marcha insensata em direção ao abismo.

"Nosso tempo é especialista em produzir ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar e de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta e faz chover. [...] Minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história."

Desde seu inesquecível discurso na Assembleia Constituinte, em 1987, quando pintou o rosto com a tinta preta do jenipapo para protestar contra o retrocesso na luta pelos direitos indígenas, Krenak se destaca como um dos mais originais e importantes pensadores brasileiros. Ouvi-lo é mais urgente do que nunca. Ideias para adiar o fim do mundo é uma adaptação de duas conferências e uma entrevista realizadas em Portugal, entre 2017 e 2019.

Sinopse:

Uma das mais originais e importantes criações literárias do nosso tempo, O Processo conta o drama de Josef K., funcionário respeitado de um banco que, na manhã do seu trigésimo aniversário, é preso de modo súbito e estranho e deve defender-se contra uma acusação que nunca lhe é apresentada e sobre a qual ele não consegue obter informações. A partir desse momento ele passa a ser um suspeito aos olhos de todos e começam a tratá-lo com desconfiança - inclusive no banco, onde seu trabalho é posto à prova. K. inicia, então, uma peregrinação burocrática na tentativa de descobrir por que o acusam. Ele se embrenha em salas de difícil acesso, cartórios, tribunais com longos corredores, mas sua busca é em vão, pois o tempo passa, e K. entra em contato com pessoas - mais ou menos influentes - que nada podem fazer para ajudá-lo. Assim, continua sua busca, sem nunca chegar a saber onde está o juiz que ele jamais vê, qual é o alto tribunal ao qual ele nunca é chamado e, principalmente, sob qual acusação é julgado.



O PROCESSO
(1925)
FRANZ KAFKA

DICAS DE PODCASTS



LADO BLACK

Desde 2016, John Hazen, Luiza Braga, Pedro Maciel, Rafael Chino e Daniel Diogo compartilham a visão do jovem negro sobre a sociedade e suas vivências. O **Lado Black** já abordou temas como apropriação cultural, afetividade, cinema, consciência negra, democracia, negro no contexto da ditadura, saúde mental e organização política em tempos de pandemia.

Ouçã em: [Lado Black](#) e [Spotify](#).

METEORA

Podcast quinzenal feito por Renata Hilário e Cris Guterrez, o **Meteora** oferece informações e boas risadas pela perspectiva feminista das apresentadoras. No ar com o podcast desde setembro de 2018, a dupla de comunicadoras propõe debates relevantes sobre os mais diversos tópicos a partir da fundamental – e frequentemente silenciada – ótica de mulheres negras.

Ouçã em: [Spotify](#).



FALA ICH!

Um projeto da equipe de comunicação do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), composta pelas alunas da Faculdade de Comunicação (Facom) Carolina Doro e Lavínia Sant'Anna, junto à administração institucional.

Supervisão: Robert Daibert Jr. e Sílvia Regina Netto, diretor e secretária do Instituto de Ciências Humanas.

Contato: comunicacao@ich.ufjf.br

CONTATOS IMPORTANTES

Recepção ICH: recepcao.ich@ufjf.edu.br

Secretaria ICH: secretaria.ich@ufjf.edu.br

Secretaria dos Programas de Pós-graduação do ICH: posgraduacao.ich@ufjf.edu.br

Biblioteca ICH: biblioteca.ich@ufjf.edu.br

Centro de Psicologia Aplicada (CPA): cpa.psicologia@ufjf.edu.br